

HISTÓRIAS DE INCLUSÃO: A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA REDE MUNICIPAL DE CASTANHAL, PA.

INCLUSION STORIES: THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE OF SIGNS IN THE MUNICIPAL SCHOOL NETWORK OF CASTANHAL - PA

HISTORIAS DE INCLUSIÓN: LENGUA DE SEÑAS BRASILEÑA EN LA RED EDUCACIONAL MUNICIPAL DE CASTANHAL, PARÁ

Lucivana Oliveira da Silva¹

Débora Alfaia da Cunha²

Resumo: O texto possui como foco de investigação a inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina para alunos surdos e ouvintes, no município de Castanhal-Pa. A construção do referencial teórico parte do paradigma da educação inclusiva e de autores como Quadros (2008), Lacerda (2006), Barbosa (2011), Strobel (2008), Vasconcelos (2006), Cavalcante (2010), Gesser (2009) entre outros. A metodologia segue a abordagem qualitativa e se constitui como um estudo de caso, triangulado por uma pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com três sujeitos que participaram ativamente do processo de implementação da Libras no município citado. Os resultados do estudo evidenciam os principais atores, as instituições, processos e tensões que resultaram na inserção da Libras na rede municipal de ensino de Castanhal. As conclusões indicam as potencialidades da inserção de Libras no currículo municipal, bem como suas limitações, do ponto de vista da educação bilíngue, evidenciando a existência de desafios para a consolidação de uma real educação inclusiva no nordeste paraense.

Palavras-chave: Libras. Bilinguismo. Educação Inclusiva.

Abstract: The text focuses on inclusion of Brazilian Sign Language (Libras) as a discipline for deaf and hearing students, in the city of Castanhal-Pa. Theoretical framework construction is based on the paradigm of inclusive education and authors such as Quadros (2008), Lacerda (2006), Barbosa (2011), Strobel (2008), Vasconcelos (2006), Cavalcante (2010), Gesser (2009) among others. Methodology follows a qualitative approach and constitutes a case study, triangulated by bibliographical and documentary research. Data collection was carried out through semi-structured interviews with three subjects who actively participated in the process of implementing Libras in the mentioned city. Study results show main actors, institutions, processes, and the tensions that resulted in the insertion of Libras in the municipal school network of Castanhal. Conclusions indicate Libras insertion potentials in municipal curriculum, as well as limitations from the bilingual education point of view, highlighting the existence of challenges to consolidate real inclusive education in Pará northeast.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lucivanasilva2017@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5303-4720>.

² Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do quadro permanente da Universidade Federal do Pará e Vice-coordenadora do Núcleo de Acessibilidade do Campus de Castanhal/UFPA. E-mail: alfaiadacunha@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9134-3858>.

Keywords: Brazilian Sign Language. Bilingualism. Inclusive education

Resumem: El texto se centra en la investigación bajo la inclusión de la Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Lengua de Señas Brasileña) como asignatura para estudiantes sordos y oyentes, en Castanhal, Pará, Brasil. La construcción del marco teórico se basa en el paradigma de la educación inclusiva y autores como Quadros (2008), Lacerda (2006), Barbosa (2011), Strobel (2008), Vasconcelos (2006), Cavalcante (2010), Gesser (2009) entre otros. La metodología sigue un enfoque cualitativo a constituirse como un estudio de caso, triangulado por la investigación bibliográfica y documental. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas con tres sujetos que participaron activamente en el proceso de implementación de la LIBRAS en la municipalidad mencionada. Los resultados del estudio muestran los principales actores, instituciones, procesos y tensiones que resultaron en la inserción de la LIBRAS en la red de educación de la municipalidad de Castanhal. Las conclusiones señalan el potencial de la inserción de la LIBRAS en el currículo de la municipalidad, así como sus limitaciones, desde el punto de vista de la educación bilingüe, destacando la existencia de desafíos para la consolidación de una verdadera educación inclusiva en el noreste de Pará.

Palabras-clave: Lengua de Señas Brasileña. Bilingüismo. Educación Inclusiva.

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a segunda língua reconhecida no território nacional (Lei nº 10.436/2002) e constitui-se no esforço de inclusão da pessoa surda como cidadão brasileiro e, portanto, detentor do direito à comunicação e à plena participação na sociedade.

O ensino da Libras tem sido trabalhado por muitas instituições, trazendo visibilidade às pautas da comunidade surda e tornando a educação, mesmo que lentamente, cada dia mais inclusiva e democrática. Apesar de existirem muitas barreiras a serem vencidas, importa destacar as iniciativas voltadas à garantia da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência, como as políticas de oferta da Libras, em diferentes cidades brasileiras.

Um exemplo desse esforço pode ser observado no currículo escolar da cidade de São Paulo que, em 2008, lançou dois documentos que embasaram a implementação da educação bilíngue, o documento de Libras e o de Língua Portuguesa para surdos. Em 2011, ocorreu a criação das primeiras escolas polos de educação bilíngue para surdos, na Rede Municipal de Ensino. Em 2012, na zona sul e na zona leste, foram criadas mais duas escolas polos bilíngues para surdos e ouvintes. (SÃO PAULO, 2019).

Outro exemplo é a implantação da Libras como disciplina obrigatória no currículo das escolas municipais da cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins. Treze escolas passaram a ofertar a disciplina de Libras para as turmas de 4º e 5º ano, abrangendo tanto

alunos surdos quantos ouvintes. O objetivo da implementação, de acordo com *sites* oficiais da prefeitura da cidade, foi diminuir barreiras e facilitar a comunicação no ambiente escolar e fora dele. As aulas são ministradas totalmente em Libras, por dois professores surdos e um ouvinte, acontecendo uma vez por semana (PORTO NACIONAL, 2020).

Os dois exemplos permitem perceber que a inclusão da Libras nas redes educacionais percorre caminhos distintos, não tendo uma receita de implementação. Há casos e casos, em virtude das diferenças de contexto social, econômico, político, geográfico e educativo. Urge contar essas histórias para entender os desafios postos à educação inclusiva em uma sociedade tão diversa e desigual como a brasileira.

Nesse cenário, o presente texto contribui para a compreensão da diversidade de caminhos trilhados para a inserção da Libras, nas redes municipais, ao voltar-se para a experiência curricular realizada na cidade de Castanhal, estado do Pará. Importa destacar que a escolha do objeto de estudo se deu em virtude de experiências vividas, pela primeira autora, no contexto educacional do município de Castanhal. No decorrer do Ensino Médio, ela percebeu a importância da Libras na interação entre surdos e ouvintes, no ambiente escolar e também fora dele, uma vez que a inclusão de um aluno surdo não se refere apenas à sua inserção em uma sala de aula do ensino regular, mas está ligada também à convivência e à interação, o que inclui, necessariamente, a comunicação entre o surdo e seus colegas de classe, seus professores e demais funcionários da escola. Contudo, essa interação não é plenamente possível quando os sujeitos se comunicam de formas diferentes.

Nesse sentido, a inserção da Libras como disciplina obrigatória no currículo das escolas municipais de Castanhal sugere um grande avanço, no que se refere à garantia de inclusão de pessoas surdas no ensino regular, pois tornar a Libras acessível a todos possibilita a comunicação entre os alunos surdos incluídos e os demais indivíduos que compõem a escola. Portanto, investigar o processo que culminou na admissão da Libras como disciplina curricular na Rede Municipal de Ensino é importante, no sentido de contar essa história, demonstrando os benefícios e as limitações que esse processo proporcionou para a educação inclusiva em Castanhal-PA e para a comunidade surda do Nordeste Paraense.

Aspectos conceituais, histórico e legais do ensino de libras

Conceito de Surdez

Antes da apresentação dos resultados, cabe definir alguns conceitos importantes ao estudo, com intuito de evitar problemas de interpretação. A palavra surdez, de acordo com Bueno (2010, p. 537), é definida como “defeito da audição, impossibilidade completa ou parcial de ouvir”. A diferenciação entre surdez e deficiência auditiva varia de acordo com a concepção de cada autor. De forma geral, esses dois termos são diferenciados por muitos de acordo com o nível de capacidade auditiva que o sujeito possui.

Assim, de acordo com Silva (2008), compreende-se por deficiente auditivo aquela pessoa que possui uma redução da capacidade normal de ouvir sons e compreende-se por pessoa surda aquela em que a audição não tem função alguma em sua vida comum. Entretanto, alguns autores preferem definir a pessoa surda apenas por sua diferenciação visoespacial na forma de se comunicar com as outras pessoas.

Seguindo essa linha de raciocínio, a diferenciação entre pessoa surda e deficiência auditiva também é apresentada no Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/02. No artigo 2, do documento, define-se pessoa surda como “aquele que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005).

O parágrafo único desse mesmo decreto indica por deficiência auditiva “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005). Portanto, para fins conceituais, no decorrer do trabalho, levando em consideração o objeto de estudo desta pesquisa que, no caso, é a Libras, utilizaremos termos como surdez, pessoa surda, entre outros. Não se utilizará deficiência auditiva, por não representar necessariamente aquele sujeito que se expressa por meio da língua de sinais.

Um breve histórico da educação de surdos

A história da educação de surdos perpassa muitos momentos. Inicialmente, na Idade Antiga, tanto em Roma quanto na Grécia, os surdos eram vistos como incapazes. Muitas famílias abandonavam as crianças surdas ou elas eram mortas, assim como outros bebês que nasciam com algum tipo de deficiência. Por não conseguirem se comunicar de forma oral, eles eram considerados incapazes de se comunicar e de pensar (VASCONCELOS, 2006). Essa crença, predominante na antiguidade, incapacitava-os. Um exemplo disso são os argumentos do grande filósofo Aristóteles, que acreditava que os surdos não possuíam

linguagem, por não falarem. Consequentemente, também não pensavam. Nesse contexto, permeado de preconceitos em relação à deficiência, os surdos eram excluídos da sociedade e impedidos de exercer qualquer tipo de cidadania.

Na Idade Média, assim como na Idade Antiga, os surdos continuaram a ser desprezados e desrespeitados. Muitos eram queimados em fogueiras, impedidos de casar, de exercer cidadania e até de comungar, pois se acreditava que, por não conseguirem falar, não poderiam confessar seus pecados e assim receber o perdão de Deus.

Na Idade Moderna, esse pensamento começou a mudar e as pessoas surdas passaram a receber educação. Isso porque algumas famílias nobres que tinham filhos surdos começaram a se preocupar com suas heranças, uma vez que os surdos, sem capacidade comunicativa ampliada, não poderiam receber heranças nem comandar os negócios dos pais. É nesse contexto que surge, na história, o espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1584), considerado o primeiro professor para surdos, pela criação de uma escola em San Salvador (SILVA, 2021b).

Em 1620, na cidade de Madrid, na Espanha, Juan Pablo Bonet publicou o primeiro livro sobre educação de surdos. Nele, há o registo do alfabeto Manual que criou. Ele acreditava que a datilografia das letras era a melhor forma de ensinar o surdo a ler. É importante salientar que, até então, a educação oferecida aos surdos era, na maioria das vezes, o ensino da leitura de lábios e, em alguns casos, a oralização. A ênfase na aprendizagem da fala pelas pessoas com surdez constituiu o denominado “oralismo”, que parte da crença de que a língua oral é a maneira mais eficaz para a educação dos surdos (DALL’ASTRA, 2015).

Os primeiros estudos sobre a Língua de Sinais começaram com Charles Michel de L’Epée (1712-1789), que fundou a 1ª escola para surdos no mundo, na cidade de Paris. Ele publicou obras a respeito, como *Institution des sourds-muets par la voie des signes méthodiques* (1776), através da qual seu trabalho com os surdos foi difundido. A partir de L’Epée, a Língua de Sinais passou a ser usada como método de ensino. Apesar de não a ter criado, foi ele quem defendeu que essa era a melhor forma de ensinar o surdo a se comunicar e ter acesso à educação mais ampla.

Depois de alguns anos de progressos e de conquistas com relação à Língua de Sinais, acontece, em 1880, o Congresso de Milão, com o objetivo de decidir os rumos da educação para os surdos. Vale ressaltar que a maioria das pessoas presentes era ouvinte, ou seja, os surdos não tiveram grande participação nem puderam decidir os rumos de sua própria educação. Sendo assim, nesse Congresso, ficou decidido que o oralismo era a melhor forma de se ensinar os surdos, pois eles entendiam que a Língua de Sinais era um atraso na evolução

da linguagem. Dessa maneira, a educação de pessoas com surdez sofreu um retrocesso com relação a tudo que já tinha sido conquistado. Sobre isso, Barbosa (2011, p. 176) explica: "os surdos, então, tiveram de deixar sua cultura, sua língua, submetendo-se ao oralismo por quase cem anos".

Dessa forma, os gestos e sinais foram proibidos e o oralismo passou a ser a forma mais comum de educação para pessoas surdas. Com o passar do tempo e o insucesso do oralismo, a partir de 1960, foram surgindo alguns estudos relacionados à língua de sinais. Entre as pesquisas, na década de 60, a mais conhecida é a de Willian Stokoe (1978), que estudou a língua de sinais, em um contexto linguístico, revelando que se tratava realmente de uma língua, enfraquecendo os argumentos do oralismo e abrindo caminhos para novas metodologias de ensino (LACERDA, 2006).

Nesse contexto, surge a comunicação total, que consiste na utilização de várias formas de comunicação com o surdo, sem que uma se sobreponha a outra. Em 1976, ocorreu a Conferência das Escolas Americanas para Surdos, evento em que a comunicação total foi oficialmente considerada a mais eficaz para assegurar a comunicação dos surdos (CAVALCANTE, 2010).

No final do século XX e início do século XXI, consolidou-se o paradigma da educação inclusiva e a compreensão de que a pessoa surda é cidadã e possui direito ao exercício pleno dessa cidadania, o que significa direito à educação e respeito às suas especificidades comunicativas. Além disso, como cidadãos, cabe à comunidade surda definir os caminhos para a sua inclusão. Não cabe mais apenas aos ouvintes, como sempre aconteceu, definirem os caminhos da inclusão da pessoa surda. Nesse protagonismo da comunidade surda, uma das possibilidades de inclusão educativa e social que tomou visibilidade foi o bilinguismo, que pressupõe o contato do surdo o quanto antes com a Libras, como primeira língua, e com a língua de seu país, como segunda língua, na modalidade escrita (DALL'ASTRA, 2015). O bilinguismo traz muitos desafios para as redes de ensino, pois necessita de uma comunidade escolar qualificada para lidar com a presença das duas línguas – a portuguesa e a Libras –, nas interações cotidianas, o que pressupõe qualificar surdos e ouvintes para o domínio da Libras.

A historicidade da educação de surdos no Brasil

Antes mesmo do Congresso de Milão, em 1880, surgem, no Brasil, as primeiras ações voltadas à educação da pessoa surda. O marco é o ano de 1855, quando o Imperador D. Pedro

II, que possuía um membro da família com surdez, convidou Eduardo Huet, professor surdo, muito reconhecido por seu trabalho, na área da educação, em Paris, para vir ao Brasil e fundar uma escola para surdos.

Em 1857, esse projeto foi executado, surgindo a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro: o Instituto Imperial de Surdos-Mudos. O professor Eduardo Huet usava metodologias aprendidas na França, por isso, a Libras nasceu como uma mistura de sinais franceses e de sinais que os surdos já usavam no Brasil (VASCONCELOS, 2006). Em 1957, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos foi transformado no Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), sendo essa instituição essencial para a história da educação dos surdos no Brasil e para a criação da Libras. Entretanto, como o INES localizava-se no Rio de Janeiro, a maioria dos surdos do Brasil não era atendida por essa instituição, ficando sem atenção educacional e, posteriormente, quando passou a receber algum suporte em educação, foi inserida em classes especiais, em turmas próprias para alunos surdos.

A partir da década 1980, a comunidade surda e seus familiares começaram a se organizar como movimentos sociais e a exigir do governo brasileiro uma política mais séria, global, inclusiva e democrática para a educação da pessoa com surdez, resultando no texto da Constituição de 1988, que garante a educação como um direito de todos, assegurando o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino (SILVA, 2021).

No mesmo espírito da Constituição de 1988, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394, determinou que a educação dos alunos com deficiência passasse a ser oferecida pelas mesmas escolas das crianças consideradas normais. Assim, essa lei sinalizou que educação especial deveria ser, preferencialmente, oferecida em turmas regulares. Apesar do ganho constitucional, a inclusão na sala de aula regular de pessoas com deficiência apresentou vários desafios. No que se refere à inclusão do aluno com surdez, destaca-se as dificuldades de comunicação, pois, na maioria dos casos, nem os professores nem os alunos sabiam a Libras. Na busca de estratégias para sanar os desafios da comunicação, algumas cidades foram centrando esforços para que a inclusão da pessoa surda, nas turmas regulares, ocorresse, de fato, por meio da capacitação em Libras também para os ouvintes.

Em 2015, após 15 anos de tramitação, foi aprovada a Lei Nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que representa uma vitória para os movimentos de defesa do direito das pessoas com deficiência, pois assegurou direitos básicos e essenciais para a inclusão no país, ratificando, entre outras coisas, a necessidade da promoção do ensino de Libras.

Libras – Língua Brasileira de Sinais

A Libras é a língua oficial das comunidades surdas brasileiras. É por meio dela que as pessoas surdas se comunicam e expressam sua cultura, suas opiniões, interagem entre si e com o mundo à sua volta. A Libras é uma língua de sinais que utiliza sinais representados por gestos feitos com as mãos, com o mesmo valor representativo das palavras (Quadros, 2008). Meirelles e Spinillo (2004, p. 132) afirmam que “a língua de sinais possui características próprias, utilizando os gestos e expressões faciais como canal de comunicação substituto da vocalização”, tendo a mesma função e utilidade que qualquer outra língua existente: a comunicação.

A Libras nem sempre foi reconhecida como uma língua, haja vista que muitos a compreendiam apenas como uma junção de gestos, sem estrutura linguística complexa. Entretanto, Gesser (2009, p.19) afirma que “as línguas orais e as línguas de sinais são similares em seu nível estrutural, ou seja, são formadas a partir de unidades simples que, combinadas, formam unidades mais complexas”.

A Libras ganhou *status* de língua oficial brasileira da comunidade surda do Brasil, por meio da Lei nº 10.436/2002. Em seu artigo 1º, afirma a Libras como língua, ao destacar que “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002). O documento, em seu parágrafo único, conceitua a Libras como um meio de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical específica, constituindo um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo das comunidades brasileiras de pessoas surdas (BRASIL, 2002). De acordo com Barbosa (2011), essa legislação possui uma grande importância, pois proporcionou oportunidades para a comunidade surda, promovendo consequências positivas tanto no contexto escolar como na sociedade como um todo.

Além disso, o Decreto Nº 5.626, de 2005, em seu artigo 3º, inclui a libras como disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de formação de professores, bem como cobra das instituições a realização de ações voltadas à difusão da Libras, no território brasileiro, tendo por horizonte a eliminação das barreiras comunicativas que impedem a pessoa com surdez da ampla participação na vida social.

Pelo exposto, a legislação brasileira, apesar de não incluir a Libras como disciplina na escola fundamental, cobra dos sistemas e das redes de ensino ações de formação e de difusão

dessa língua, o que explica as experiências de inclusão de libras em alguns currículos municipais, dentre os quais, o da cidade de Castanhal.

Metodologia do estudo

A abordagem usada no estudo é de cunho qualitativo, que, segundo Silveira e Córdova (2009), compreende de forma aprofundada um grupo social, uma organização, além de se ocupar com questões que não podem ser quantificadas, preocupando-se em compreender e explicar aspectos das relações sociais.

Ao se deter sobre a inserção da Libras no currículo escolar das escolas municipais de Castanhal, este estudo configura-se também como um estudo de caso que segue a narrativa (entrevista) de três sujeitos participantes de forma direta no processo de concepção e de implementação da nova disciplina. Como explica Haguette (1997), a entrevista é uma técnica de coleta de dados que se constitui em um processo de interação social entre dois sujeitos, entrevistado e entrevistador. O principal objetivo do entrevistador é adquirir informações e percepções do entrevistado sobre determinado tema. Há vários tipos de entrevistas que se ligam aos objetivos da pesquisa. No caso do presente estudo, utilizou-se a entrevista semiestruturada, apoiada em um roteiro previamente elaborado, com questões que levassem os entrevistados a lembrar e a narrar suas vivências do período de planejamento de início da oferta de Libras como componente curricular nas escolas públicas municipais de Castanhal. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos informantes. Antes da entrevista, foi lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. As entrevistas foram transcritas e tratadas, utilizando recursos de análise qualitativa, com a criação de categorias e análise de episódios.

O estudo de caso foi triangulado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Fonseca (2002), todos os trabalhos científicos requerem necessariamente uma pesquisa bibliográfica, que proporciona ao pesquisador conhecimentos a respeito do que já foi estudado sobre seu objeto de estudo. No mesmo sentido, a pesquisa documental permitiu a compreensão de aspectos relevantes ao estudo, uma vez que a inserção da Libras resulta de uma pressão legislativa e da luta das representações das pessoas com deficiência. Esse momento inclui o estudo do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002; da LBI - Lei Brasileira de Inclusão

da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015; do Projeto Libras em Castanhal, de 2006, dentre outros documentos.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (2007), apresenta diversas vantagens já que os documentos são fontes ricas e estáveis de dados. Por isso, esse tipo de pesquisa é de extrema importância para todas as pesquisas e, principalmente, para aquelas que buscam recontar a história de qualquer objeto de estudo.

Na apresentação dos resultados, optou-se pela transcrição de trechos das entrevistas, para aproximar o leitor das memórias e das percepções dos sujeitos pesquisados. Informa-se que, para garantir o sigilo a respeito da identidade dos sujeitos da pesquisa, os participantes receberam codinomes e o critério de escolha foi a ordem alfabética A, B e C. Deste modo, no decorrer do texto, o primeiro entrevistado passa a se chamar André, a segunda entrevistada Beatriz e a terceira participante Carol.

A inserção da Libras nas escolas do município de Castanhal

Caracterização dos sujeitos da pesquisa

André tem 40 anos, é formado em Pedagogia e possui duas especializações, uma em “Educação especial e inclusiva” e outra em “Ensino e interpretação da Língua Brasileira de Sinais”. O entrevistado começou a trabalhar na rede de ensino de Castanhal em 2000. A questão da educação especial surgiu quando a escola em que André trabalhava começou a receber alunos com deficiências e a diretora da escola o convidou para fazer o curso de Libras. Em 2006, a convite do então Secretário Municipal de Educação, ele começou a atuar na Secretaria de Educação de Castanhal-PA, compondo a assessoria técnica que, na época, se chamava Equipe Sócio-Psicopedagógica (ESPP), para desenvolver o projeto “Libras em Castanhal”.

Beatriz, 45 anos, formou-se em Pedagogia e concluiu as especializações em “Tradução e interpretação em Libras” e em “Docência em Libras”. Quanto à educação especial, Beatriz relata que já está nessa área há 13 anos e que começou o curso de Libras porque, na igreja em que era catequista, tinha um surdo. As dificuldades de comunicação com essa pessoa levaram a igreja a inscrever Beatriz em um curso de Libras. Profissionalmente, a experiência como professora de Libras ocorreu na Secretaria de Educação de Castanhal (SEMED), integrando a equipe do projeto “Libras em Castanhal”.

A terceira entrevistada é Carol, 45 anos, formada em Pedagogia, com especialização em Gestão Escolar. A educação especial surgiu em sua vida quando foi contratada, no ano de 2002, como pedagoga pela SEMED e passou a compor a Equipe Sócio-Psicopedagógica (ESPP), responsável pelo projeto “Libras em Castanhal”, no qual atuou por dez anos.

A história profissional e de vida de André e de Carol encontram-se na elaboração do projeto de Libras, pois, de acordo com o relato dos entrevistados, Carol já fazia parte da ESPP e foi convocada juntamente com os outros profissionais da equipe para elaborar o projeto.

A origem do projeto “Libras em Castanhal”

A história da educação especial em Castanhal-PA começa quando, em 2002, o então Secretário de Educação criou a Equipe Sócio-Psicopedagógica (ESPP). Essa equipe possuía uma dupla missão: dar apoio especializado aos alunos com alguma necessidade especial, matriculados nas escolas da rede municipal, e fornecer formação relacionada à área da educação especial aos professores e aos funcionários das escolas. Inicialmente, a equipe contava com três profissionais: um pedagogo (Carol), um psicólogo e um assistente social.

Desde o início das ações, a equipe percebeu as dificuldades relacionadas à aprendizagem dos alunos e, principalmente, dos alunos surdos que possuíam muitas dificuldades de comunicação, inclusive em Libras. Como explica Lacerda (2006), as crianças surdas, na maioria das vezes, não possuem contato constante com a Língua de sinais, o que acarreta em vários problemas relacionados à linguagem, prejudicando o desenvolvimento e a aprendizagem na idade certa.

Sobre esse contexto inicial, explica Carol: “então a gente começou a fazer um levantamento dos alunos surdos e a tomar conhecimento de que os professores não sabiam lidar com aquela situação”. A primeira resposta da ESPP foi a viabilização de cursos para formar pessoas qualificadas no ensino da Libras. No próprio documento do projeto “Libras em Castanhal”, é ressaltado que, desde 2003, a Secretaria de Educação estava capacitando professores com alguma formação em Libras.

Para Silva (2016), o aluno surdo precisa ser incluído desde a educação infantil até a educação superior, superando as barreiras educacionais e usufruindo os seus direitos garantidos pela legislação brasileira. Nesse sentido, em 22 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.626 foi um importante passo para o ensino da Libras nas Universidades, já que, em seu Art. 3º, fala que a Libras deve ser obrigatória na grade curricular dos cursos de formação de

professores. Além disso, o decreto foi um importante avanço para as discussões a respeito da inclusão dos alunos surdos, no contexto do ensino regular nas escolas brasileiras. No caso de Castanhal, foi através da divulgação desse decreto que o Secretário de Educação, da época, motivou-se a implementar a Libras no ensino das escolas da Rede Municipal de Castanhal.

Assim, em 2006, já com a ideia amadurecida, o então Secretário de Educação convidou André, que já vinha desenvolvendo um trabalho de formação de Libras na cidade, para conversar, e fez o convite para compor a ESPP. O entrevistado lembra das palavras proferidas pelo Secretário:

Eu estava escutando Voz do Brasil e ouvi falar de uma lei que foi aprovada, um decreto que vai entrar em vigor este ano, que era o decreto nº 5.626, que regulamenta a lei de Libras a nº 10.436. Aí eu fui explicando pra ele que era a lei de Libras e ele disse, pois é que a Libras agora vai ter nas universidades, vai ter essa disciplina e não vai demorar para que seja obrigatório que as escolas tenham e eu já quero ter aqui.

Compreendendo o desafio e a necessidade da inserção da Libras, pois, de acordo com Tondinelli (2016), ela é essencial tanto para a comunicação entre os alunos surdos quanto entre os ouvintes, para desconstruir barreiras comunicativas entre esses indivíduos, os próprios membros da ESPP foram se qualificar: André, por sua vez, foi fazer um curso de intérprete de Libras, em Belém-PA.

Ainda em 2006, o projeto passou a ser elaborado por André, por Carol, por um professor surdo que veio de Belém-PA e por outros membros da ESPP. Como explica Cavalcante (2010, p. 114), que também estudou a inclusão da disciplina de Libras no currículo da cidade de Castanhal, “o projeto de inserção da Libras no currículo, além de ter sido elaborado, é gerido por essa equipe juntamente com a participação do Secretário de Educação, que acompanha de perto o seu andamento”.

Inicialmente, o projeto teria uma abrangência menor, como conta o entrevistado André: “no começo, o Secretário de Educação queria que fosse em duas escolas, Viganó e Escola Graziela”, mas a equipe de elaboração do projeto acreditou ser possível propor para todas as escolas da rede municipal.

Dessa forma, o projeto começa a ser elaborado e, de acordo com André, o fato de terem um professor surdo na equipe de elaboração do projeto enriqueceu a construção, além das experiências já vividas por ele e por todos os articuladores do projeto. A importância de se ter um surdo na elaboração de um projeto voltado para políticas que beneficiam os surdos está

justamente na experiência de vida que ele possui com relação ao aprendizado e ao uso da Libras. Sobre esse aspecto, Ataíde *et al.* (2020) colocam que um ambiente escolar que compreenda e leve em consideração a cultura surda e sua experiência visual é fundamental para o desenvolvimento psicossocial da criança surda.

A formação continuada dos professores

A equipe de elaboração do projeto “Libras em Castanhal”, após amplo estudo e debates internos, definiu como principal objetivo da proposta a introdução do ensino de Libras em todas as escolas da Rede Municipal para, por um lado, favorecer a comunicação entre alunos surdos e ouvintes e, por outro, ampliar o direito à plena participação escolar e a aprendizagem da pessoa com deficiência auditiva. *Ipsis litteris* como expressa o documento:

Ofertar o ensino da Língua Brasileira de Sinais a todos os alunos das escolas Municipais da rede regular de ensino, a fim de favorecer a comunicação entre surdos e ouvintes além, é claro, de favorecer com esse processo e educação da pessoa surda ou com deficiência auditiva (CASTANHAL, 2006, pg. 1).

Para concretizar esse objetivo, o próximo passo foi a formação em Libras e a seleção da equipe de docentes para irem para as salas de aulas. Nesse momento, de acordo com Carol, já haviam alguns profissionais formados em Libras por um curso oferecido pela prefeitura de Castanhal, em parceria com a 8ª Unidade Regional de Educação (URE), da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), no ano de 2003. Na ocasião, fizeram o curso 15 professores da rede municipal e 15 da rede estadual.

A formação continuada em Libras para professores é essencial para o processo de inclusão de alunos surdos. Sobre isso, Barbosa (2011) afirma a importância da formação constante dos professores para a garantia da qualidade dessa inclusão no ambiente escolar, diminuindo as barreiras comunicativas entre ouvintes e surdos e facilitando o processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar. No caso de Castanhal, mesmo antes da inserção do projeto, já haviam esforços nesse sentido, não só com o objetivo de implementar o projeto, pois, como citado anteriormente, desde 2003, a Secretaria de Educação fazia investimento nessa área.

Assim, em 2006, segundo André, a Secretaria de Educação ofereceu mais cursos em Libras e treinamento para quem tivesse interesse em trabalhar como professor de Libras. A

partir daí, teve início uma seleção de professores para atuar em sala de aula. De acordo com André, “fizemos treinamento e durante o treinamento fizemos uma triagem, era um treinamento com 40 profissionais, dos 40 selecionamos 27 para irem para sala de aula ministrarem Libras, então foi feito todo um trabalho com a equipe”.

Os profissionais contratados como professores de Libras, além do curso em Libras, com uma carga horária mínima, já possuíam experiência na área da docência, visto que, segundo os entrevistados, os professores eram em sua maioria pedagogos e poucos eram formados em outras licenciaturas.

A seleção desses professores incluiu uma entrevista, realizada pelos membros da ESPP, toda em Libras, com o objetivo de avaliar o domínio dos candidatos com a língua de sinais. Como recorda André: “fizemos [com os candidatos] uma entrevista toda em Libras, para avaliar a proficiência, as habilidades, se eles conseguiam realmente se comunicar em Libras”.

Após o processo seletivo, os professores que mais se destacaram foram submetidos a um treinamento, com objetivo de preparar esses docentes para atuarem em sala de aula, como relata Beatriz, que estava nessa equipe de professores “nós tivemos uma semana, bem intensa, de preparação, de orientação, de como dar aula, de preparação de recursos pedagógicos, de produção também do material pedagógico”. Desse modo, como observado, a formação recebida por esses professores não foi apenas em Libras. Foi também sobre metodologias de ensino da língua, levando em consideração que, no processo de aprendizagem, as metodologias usadas pelos professores influenciam diretamente no processo de aquisição do conhecimento.

Com relação à formação desses professores, os entrevistados contaram que a maioria dos profissionais convidados a ministrar essa formação, tanto do curso de Libras como da preparação dos professores, eram da capital do Estado, visto que, como exposto por Carol, “nessa época os professores vinham muito de Belém, porque aqui nós não tínhamos nada nesse sentido”.

Após todo esse processo de formação, de seleção e de preparação dos professores, segundo André, “em março de 2007, nós fizemos a aula inaugural na escola Madre Maria Viganó, e, a partir dessa aula, a Libras começou em todas as escolas municipais”, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental Menor e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Até então, a nível de projeto ainda, as aulas aconteciam dentro de 30 minutos, como expõe

Beatriz: “a gente entrava nas salas e passava 30 minutos apenas, aí depois já foi inserida como disciplinas, aí já eram 45 minutos”.

Como observado, em 2008, a Libras passa a integrar a grade curricular dos alunos, na parte de disciplinas diversificadas, aprovada por resolução do Conselho Municipal de Educação, como disciplina. Segundo Cavalcante (2010, p. 127), que também estudou a inclusão da Libras na Rede de Educação de Castanhal, “como o município não dispõe de uma lei específica que insira a disciplina de Libras, o Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino de Castanhal, aprovado pela Resolução nº 006, de 15 de fevereiro de 2008, sustenta legalmente essa inserção”.

Adesão, conflitos e repercussões na comunidade castanhalense

Como observado no tópico anterior, a inserção da Libras na cidade de Castanhal-PA percorreu um longo processo. De acordo com Lacerda (2006), muitos são os problemas enfrentados para que uma proposta como essa seja implantada, já que o surdo possui suas especificidades e para atendê-las torna-se necessário formação, revisão curriculares e custos. Nesse sentido, o projeto recebeu o apoio de muitas instituições, entretanto, como ele nasceu na Secretaria de Educação de Castanhal, a prefeitura foi, segundo os entrevistados, a principal instituição que apoiou e possibilitou a existência do projeto, tanto com pagamentos dos professores, quanto com o custeio dos materiais didáticos, entre outros. A secretaria também contou com o apoio de parceiros nessa implementação, como a 8ª Unidade Regional de Educação (URE), a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), a Associação dos Comerciantes de Castanhal (ACIC), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). A participação dessas e outras instituições evidencia como o projeto foi considerado relevante para o município.

A inserção da Libras na rede municipal foi um importante passo que a cidade deu para o desenvolvimento educacional dos alunos ouvintes e principalmente dos surdos, visto que a Libras não é apenas uma alternativa para a comunicação dos surdos: é a sua língua oficial. Por meio dela, é possível obter os desenvolvimentos necessários para a construção do seu conhecimento (DALL’ASTRA, 2015). Dessa maneira, segundo Cavalcante (2010, p. 116), a questão da acessibilidade e da educação para a vida pessoal e profissional é importante, para que o sujeito surdo exerça sua cidadania e tenha a educação como uma possibilidade de inserção não apenas educacional, mas também social”.

Nesse sentido, de acordo com o relato dos informantes, a comunidade surda de Castanhal recebeu de forma positiva a inserção do projeto, já que, até aquele momento, segundo o documento do projeto, existiam apenas 6 alunos matriculados na rede, e, com a divulgação da implementação da Libras, esse número subiu para 18, já no primeiro ano, como recorda Beatriz. Segundo a entrevistada: “4 anos depois [do início do projeto], nós tínhamos 81 alunos surdos matriculados”.

Segundo os entrevistados, os próprios alunos surdos convenciam os outros que estavam fora das escolas a irem se matricular. Sobre essa questão narra André: “eles divulgavam ‘olha, volta a estudar! Agora dá pra entender tudo, porque o professor sabe Libras! Agora tem intérprete! Agora a gente entende tudo!’”.

A Libras inserida no contexto educacional é fundamental para a comunicação entre surdos e ouvintes, além de possuir um papel indispensável para o processo de aprendizado da língua portuguesa, pelo discente com surdez, o que justifica a grande adesão da comunidade surda ao projeto e seu retorno à escola. Sobre esse assunto, Tondinelli (2016) explica que, na aquisição da Língua Portuguesa, a Libras é fundamental e que “a ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados” (TONDINELLI, 2016, p. 4).

Outro ponto lembrado por André e Carol foi o acesso à informação de que os surdos não dispunham. Segundo narram os entrevistados, grupos de pessoas surdas tinham encontros semanais em uma praça da cidade e eles passavam semanas comentando o mesmo assunto. Sobre isso, Siqueira e Silva (2013, p. 5) afirmam que “ter acesso à informação é um direito universal, é imprescindível à inclusão de todos os indivíduos, pois esse direito é fundamental à vida e cotidiano das pessoas”. Com o processo de inserção da Língua de Sinais, eles passaram a ter mais acesso à informação e mais contato direto com pessoas. Em consequência do projeto, os intérpretes também passaram a acompanhar os surdos nas aulas, o que até então não existia.

Como pondera André, antes do projeto, ele conhecia apenas um surdo com nível médio no município, que havia feito o magistério e nenhum com ensino superior, mas, segundo ele, nos dias atuais (2021), a situação mudou bastante. Em suas palavras:

Temos alunos surdos que participaram do programa Libras e hoje tem ensino médio, que tem faculdade, que conseguiram se graduar, alguns já com

especialização, então nós não tínhamos isso na cidade e a comunidade surda aceitou muito bem [a criação do projeto].

Com relação às escolas, segundo os entrevistados, houve pouca resistência. A maior dificuldade foi com relação aos próprios professores das turmas, já que, quando a Libras foi inserida ainda como projeto, o Secretário de Educação determinou que esses professores permanecessem em sala de aula, enquanto o professor de Libras estivesse ministrando atividades, para que também aprendessem a língua. Muitos docentes resistiram a isso, não aceitando ficar em sala com o professor de Libras, pois, segundo os entrevistados, eles queriam sair e resolver tarefas pendentes. Cavalcante (2010, p. 127), que também estudou a inclusão da Libras na Rede de Educação de Castanhal, ratifica a existência dessas insatisfações entre alguns docentes regentes. Outro motivo que explica as resistências iniciais foi a alteração da carga horária de alguns professores, como relatou Carol:

Houve assim uma certa resistência por parte de alguns professores horistas, porque haveria uma perda de carga horária, então teve que haver toda uma sensibilização para que essa disciplina Libras se encaixasse na grade curricular, sem prejudicar os demais professores. Tivemos que trabalhar a sensibilidade deles para a necessidade desse trabalho, mas, no final das contas, eles não foram prejudicados, porque teve a questão da hora atividade onde eles foram atendidos também.

Além disso, houve uma resistência inicial também por parte dos responsáveis de alguns alunos. Carol lembra que a transição foi complexa, que tiveram problemas com relação à inserção do projeto, pois “muitos pais preferiam manter os alunos nas classes especiais”. Na avaliação dos entrevistados, essa realidade deveu-se à insegurança dos pais em ter seus filhos inseridos em um contexto totalmente diferente. Em outro sentido, com os alunos ouvintes, segundo os entrevistados, não houve resistência, apenas o impacto inicial de ter uma disciplina nova e completamente diferente das outras.

Beatriz lembra que, como professora de Libras, passou por algumas situações desagradáveis no início: muitas escolas não sabiam ou não davam tanta importância para o projeto. Uma das situações narradas pela professora foi: “eu me apresentei em uma turma e, quando eu entreguei o memorando, a coordenadora olhou e disse: não, aqui não tem surdo. Pode ir embora”. Entretanto, como explica a informante, essas foram situações atípicas que depois foram resolvidas e não interferiram no andamento do projeto.

Avaliação dos resultados do projeto na percepção dos entrevistados

Levando em consideração todos os benefícios proporcionados não só ao processo de ensino e aprendizagem, mas também à convivência social e à formação dos alunos surdos, os três entrevistados avaliam que o projeto atingiu seus objetivos. Como ajuíza André: “o surdo passou a ser visto, a ser respeitado, a ter identidade na escola. Ele deixou de ser o ‘mudinho’, para ser o João, para ser a Maria, para ser a Ana Laura, pra ser o Afonso, então, eles passaram a ter identidade”.

Sobre esses adjetivos pejorativos, a autora surda Strobel (2008) ressalta que, por não terem conhecimentos sobre o assunto, muitas vezes, os ouvintes nomeiam de forma preconceituosa os surdos e os veem como inferiores. É preciso desconstruir esse imaginário, desde a infância das pessoas ouvintes, pois, como explica Roa (2018), é necessário discutir a inclusão no contexto da Educação Infantil, para que não seja preciso falar sobre inclusão no futuro como forma de superação do preconceito ou do desconhecimento sobre o assunto.

Segundo os três entrevistados, tal problema – apelido e segregação do/a aluno/aluna com surdez – foi atenuado, no contexto escolar, por meio da inserção da Libras, seja como disciplina, seja com a presença de intérprete de Libras em sala. Por isso, na percepção de Beatriz, o projeto superou seus objetivos:

Pela proporção que a Libras tomou em Castanhal, eu acredito que ele até superou as expectativas, porque os alunos surdos que estavam fora de sala de aula vieram pra escola, os que concluíram, os que se formaram, os que hoje são colegas de profissão, os que foram além, hoje já buscam mestrado, doutorado.

Para Lacerda (2006), a experiência da inclusão é benéfica não apenas para o surdo, mas também para os alunos ouvintes, que passam a ter contato com a diferença, podendo assim formar suas próprias opiniões e conceitos acerca da surdez, da Libras e da comunidade surda, tornando-se pessoas menos preconceituosas. Nesse sentido, para Carol, o projeto foi de extrema importância para o município de Castanhal, não só para o sistema educacional, mas também para a inclusão das pessoas surdas nos espaços sociais. Em suas palavras: “existe uma educação antes e uma educação depois dessa inclusão da Libras nas escolas, não só da Libras, mas da educação especial de modo geral”.

Considerações Finais

Pelo exposto, a inserção da Libras na Rede Municipal da cidade de Castanhal-PA foi e continua sendo um acontecimento de suma importância para a comunidade surda do município. Foi um avanço, no que se refere à inclusão dos alunos surdos, proporcionando-lhes a garantia do seu direito de receber educação em escola de ensino regular, preparada para garantir e respeitar a cultura surda.

Destaca-se o protagonismo da ação municipal, pois a inserção da Libras, em Castanhal, ocorreu em meados da década de 2010, quando ainda havia poucos esforços para inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares brasileiras, uma vez que a legislação, especificamente o Decreto nº 5.626, de 2005, determinava a oferta de educação bilíngue, mas sem parâmetros de como prover, na prática, essa exigência, levando alguns municípios a criar escolas polos ou turmas específicas para alunos surdos, realizando ações mais setorializadas. Nesse sentido, a pesquisa sugere que, em Castanhal, houve uma tentativa de inserir a Libras para além do que a lei preconizava, pois buscou-se abranger toda a rede de ensino.

Vale destacar que a história aqui apresentada é apenas um lado, o da equipe que planejou e lançou o projeto “Libras em Castanhal”, que, por conta de seu “lugar de fala”, tende a valorizar os avanços da ação. Mesmo com essa limitação do estudo, a inserção da Libras no município constituiu uma inegável melhoria na pauta da comunidade surda castanhalense.

Entretanto, há algumas críticas a serem feitas. Apesar dos esforços para que Castanhal tivesse uma educação inclusiva, o projeto acabou por se distanciar do ideal de uma escola bilíngue, que, na concepção de muitos autores, se traduz na proposta mais adequada para educação de surdos. Para Tondinelli (2016), o bilinguismo é uma metodologia de ensino que busca formar os discentes em Libras, como primeira língua para surdos e segunda língua para ouvintes, assim como em língua portuguesa, como segunda língua para surdos e primeira para ouvintes.

Na mesma perspectiva, para Quadros (2008), em uma educação bilíngue, é necessário pensar em espaços educacionais diferentes, visto que, para os surdos, a Libras é ensinada como primeira língua e, para os ouvintes, a Língua Portuguesa é a sua língua materna. Isso exige que as metodologias usadas nesse ensino sejam diferenciadas, já que é preciso que os alunos vivenciem as relações de pertencimento em um contexto de escola bilíngue.

Além disso, de acordo com o Decreto de nº 5.626, em seu Art. 22, inciso 1º: “são denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005). Nesse sentido, uma escola bilíngüe vai muito além do ensino disciplinar da Libras, ela exige mudanças curriculares mais amplas e profissionais capacitados para atender às especificidades da comunidade surda, durante todo o seu processo educacional.

Como é possível notar, no decorrer do texto, o aspecto de diferenciação do ensino da Libras para ouvintes e para surdos, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem da língua, não foi levado em consideração, na inserção da Libras no município de Castanhal. A metodologia desenvolvida no ensino é a mesma para ouvintes e surdos, o que se contrapõe à ideia de uma educação bilíngüe.

Outro ponto que importa destacar é o rompimento desse processo de aprendizagem da Libras na rede educacional de Castanhal, pois a inserção da Libras acontece nas escolas municipais, que, na maioria das vezes, são responsáveis pela Educação infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Apesar de existirem instituições municipais que ofertam os anos finais do Fundamental, essa não é a realidade de todas as escolas. Sendo assim, em muitos casos, os alunos ouvintes, quando saem das escolas municipais, perdem o contato com a Libras, encerrando ali o aprendizado do que deveria ser a sua segunda língua.

Por fim, informa-se que, até os dias atuais, ano de 2021, a Libras continua no currículo das escolas da Rede Municipal de Castanhal como disciplina e, apesar das contradições referentes à educação bilíngüe, essa inserção foi e continua sendo responsável por proporcionar conhecimentos não só aos alunos, mas à comunidade escolar como um todo, a respeito da comunidade surda e das especificidades desses sujeitos. Além disso, a inclusão da disciplina de Libras permitiu valorizar a cultura da comunidade surda, dando visibilidade ao assunto, desfazendo barreiras comunicativas, dando possibilidades de acesso à informação e proporcionando aos sujeitos surdos de Castanhal- PA uma educação mais inclusiva, quando se estabelece comparação com a realidade anterior à inserção do projeto “Libras em Castanhal”.

Referências

ATAIDE, Israellen Cristina Souza; FURTADO, Mairon de Sousa; SILVA-OLIVEIRA, Gláucia Caroline. Projeto Libras na escola e as interações inclusivas em uma comunidade escolar. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-20, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8988>. Acesso em: 20 maio 2021.

BARBOSA, L.R.S. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Revista Polyphonia**, Goiás, n. 1, p. 174-188, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/21216>. Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL, **LEI Nº 10.436**, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 24 mar. 2020.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário escolar da Língua Portuguesa Silveira Bueno**. São Paulo: DCL, 2010.

CASTANHAL. **Projeto Libras em Castanhal**. Secretaria de Educação, Equipe Sócio-Psicopedagógica: Castanhal, s/d.

CAVALCANTE, Eleny Brandão. **A institucionalização da língua brasileira de sinais no currículo escolar**: a experiência da Secretaria Municipal de Educação de Castanhal. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2687>. Acesso em: 29 maio 2021.

DALL'ASTRA, Patricia Velho. A importância da língua de sinais para o desenvolvimento da pessoa surda: a noção de inclusão associada ao sentimento de pertencimento no espaço escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 51, p. 117-130, jan./abr. 2015. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13374>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, mai./ago, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200004>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MEIRELLES, Viviany; SPINILLO, Alina Galvão. Uma análise da coesão textual e da estrutura narrativa em textos escritos por adolescentes surdos. *Estudos de Psicologia* v. 9, n. 1, p. 131-144, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22389.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PORTO NACIONAL, Prefeitura Municipal. **Acessibilidade**: Porto Nacional é o único município do Tocantins a ofertar a disciplina de Libras na Rede Municipal de Ensino. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <https://portonacional.to.gov.br/index.php/blog-de-noticias/28-sec-da-educacao/2241-acessibilidade-porto-nacional-e-o-unico-municipio-do-tocantins-que-oferta-a-disciplina-de-libras-na-rede-municipal-de-ensino>. Acesso: 9 de jun. 2021.

QUADROS, Ronice Müller de. A educação de surdos na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. **Informativo Técnico-Científico Espaço - INES**, n. 30, p. 12-17, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1110/1137>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ROA, Maria Cristina Iglesias. Crianças ouvintes aprendem Libras: Uma experiência que aumentou o repertório da turma e trabalhou a questão da inclusão. **Nova Escola**, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/5266/alfabetizacao-em-libras-amplia-vocabulario-de-criancas-ouvintes>. Acesso em: 26 maio 2021.

SILVA, Lúcia Palú da. **Manual de orientação de práticas interventivas no contexto educacional para professores do ensino fundamental**. PDE. Mandirituba, 2008.

SILVA, Maria Paula Souza. **Inclusão de libras como disciplina no ensino fundamental**. Frutal- MG: Prospectiva, 2016. Disponível em: <https://www.academica.org/editora.prospectiva.oficial/19.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

SILVA, Daniel Neves. "Língua Brasileira de Sinais (Libras)". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 30 dez. 2021.

SIQUEIRA, Ana Clara Baptistella; SILVA, Clarisa de Paula. Dar voz a quem não é ouvido: Barreiras enfrentadas pelo surdo no acesso a informação televisiva. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 9., 2013, Curitiba, PR. **Anais [...]**. Curitiba, PR: UFPR,

2013. p. 1-13. Disponível em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Dar-voz-a-quem-n%C3%A3o-%C3%A9-ouvido.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91978>. Acesso em: 30 dez. 2021.

TONDINELLI, M. O. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Cadernos PDE**. Curitiba, v. 2, 2016.

VASCONCELOS, Norma Abreu; LEMOS, Lima Maciel. **Inclusão e realidade: um olhar sobre a pessoa surda**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4888?locale=pt_BR. Acesso em: 29 dez. 2021.

Recebido em: 24 de outubro de 2021.

Aprovado em: 20 de dezembro de 2021.